

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**ANDRESSA FETALIAN**

**CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO PÚBLICO PRIVADO À AÇÕES  
EDUCACIONAIS NO CONTEXTO RURAL**

**Jacuizinho  
2019**

**ANDRESSA FETALIAN**

**CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO PÚBLICO PRIVADO À AÇÕES  
EDUCACIONAIS NO CONTEXTO RURAL**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador(a): Julice Salvagni  
Tutor-orientador(a): Tanise Dias Freitas

**Jacuizinho  
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato

Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala

Coordenador substituto: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

FETALIAN, Andressa.

Contribuições de um Projeto Público Privado à Ações Educacionais  
no Contexto Rural. UAB/UFRGS / Andressa Fetalian. – 2019.

49 f.:il.

Orientador(a): Julice Salvagni;

Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre,  
BR – RS, 2019.

**Escola de Administração da UFRGS**

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico

CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS

Telefone: 3308-3801

E-mail: [eadadm@ufrgs.br](mailto:eadadm@ufrgs.br)

**ANDRESSA FETALIAN**

**CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO PÚBLICO PRIVADO À AÇÕES  
EDUCACIONAIS NO CONTEXTO RURAL**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

**Banca Examinadora**

---

Examinador(a): Nome e Sobrenome

---

Examinador(a): Nome e Sobrenome

---

Orientador(a): Julice Salvagni

---

Coorientador(a): Nome e Sobrenome

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, por ter me guiado e mantido firme no propósito da conclusão deste curso.

Ao meu marido, pela paciência e confiança.

À minha família, pelo exemplo de vida e amor sem medida.

Aos professores, pelo empenho em transmitir seus conhecimentos.

À orientadora Prof. Julice Salvagni e à tutora Tanise Dias Freitas, pela atenção, pelo empenho e pela paciência no decorrer deste trabalho

Aos colegas de curso, professores da Escola e a todos que contribuíram para que esta jornada transcorresse alegre e de forma exitosa.

## RESUMO

FETALIAN, Andressa; Contribuições de um Projeto Público Privado à Ações Educacionais no Contexto Rural. 2019. 49.f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pós-graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jacuizinho-RS, 2019.

Este trabalho insere-se na temática da gestão pública, pois visa identificar em que medida um projeto Público Privado denominado “Escola no Campo” inspira e incentiva a permanência dos jovens no meio rural. Com base em abordagens teóricas de autores como Carneiro (2005), Alentejano (2000), Zanella Di Pietro (2002), Lima e Coelho (2015), a presente pesquisa visa investigar as possíveis contribuições de um PPP – projeto público privado, em relação à permanência dos jovens no campo. A pesquisa ocorreu no município de Espumoso, no Rio Grande do Sul, uma cidade com população de pouco mais de 15mil habitantes e economia predominantemente agrícola, baseada principalmente na plantação, cultivo e beneficiamento da soja e do trigo. O recorte desse estudo foi à realização da pesquisa com profissionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Henrique Schmitt, a fim de entender o quanto o projeto desenvolvido como parceria entre empresa Syngenta e a escola pública pode influenciar o desejo dos jovens de permanecerem no meio rural. Como procedimento metodológico foi realizada uma entrevista com os professores envolvidos no projeto. Os resultados da análise das entrevistas identificaram pontos positivos e favoráveis na continuação do jovem como agricultor e produtor rural.

Palavras-chave: Jovens no campo; Parceria Público Privada; Políticas rurais.

## **ABSTRACT**

This work is part of the public management theme, since it aims to identify the extent to which a Public Private project called "School in the Countryside" inspires and encourages the permanence of young people in rural areas. Based on the theoretical approaches of authors such as Carneiro (2005), Alentejano (2000), Zanella Di Pietro (2002), Lima and Coelho (2015), this research aims to investigate the possible contributions of a PPP - public the permanence of young people in the countryside. The research was carried out in the city of Espumoso, in Rio Grande do Sul, a city with a population of just over 15 thousand inhabitants and a predominantly agricultural economy, based mainly on the planting, cultivation and processing of soy and wheat. The study was carried out with professionals from the Municipal School of Elementary Education Emílio Henrique Schmitt, in order to understand how the project developed as a partnership between Syngenta and the public school can influence the desire of young people to stay in rural areas . As methodological procedure, an interview was conducted with the teachers involved in the project. The results of the interview analysis identified positive and favorable points in the continuation of young people as farmers and rural producers.

Palavras-chave: Young people in the field; Public-private partnership; Rural policies.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Caracterização da amostra.....	34
--	----



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Ações do Rural ATERS 2017.....	25
<b>Quadro 2</b> – Linhas de Crédito PRONAF.....	26
<b>Quadro 3</b> – Número de alunos por turma no ano letivo de 2018.....	32
<b>Quadro 4</b> – Descrição da ocorrência das PPPs.....	37
<b>Quadro 5</b> – Ações do programa e seus reflexos.....	39

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>PPP</b>	Projeto Público Privado
<b>ATERS</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural e Social
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 OBJETIVOS .....	14
1.1.1 Objetivo geral .....	14
1.1.2 Objetivos específicos .....	14
1.2 JUSTIFICATIVA .....	15
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>16</b>
2.1 JOVENS NO CAMPO, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO .....	16
2.2 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS .....	19
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO RURAL .....	21
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>28</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	29
3.1.1 Quanto aos objetivos .....	29
3.1.2 Quanto a abordagem .....	29
3.2 ENTREVISTADOS .....	30
3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS .....	30
<b>4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	<b>32</b>
4.1 DESCREVENDO O PROJETO .....	32
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	34
4.3 EDUCAÇÃO .....	34
4.4 PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS .....	36
4.5 A JUVENTUDE NO CAMPO .....	38
4.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E O MEIO RURAL .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>43</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>47</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A crescente saída da juventude brasileira do meio rural em direção ao meio urbano causa constantes preocupações principalmente nas famílias de pequenos agricultores. O meio urbano atrai os jovens que buscam alternativas econômicas e educativas diferentes daquelas que são encontradas no meio rural. É relevante considerar que a agricultura familiar é de suma importância para a produção de alimentos destinados ao consumo dos cidadãos, e essa produção fica comprometida frente a evasão de seus produtores.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no ano de 2000 o Brasil contava com 6.134.639 jovens no campo, o que representava 18% do total de pessoas residentes no ambiente rural. Dados de 2010 contabilizam 5.493.845 pessoas na mesma localização e na mesma faixa etária, de 15 a 24 anos. Com queda de dois pontos percentuais na população total de jovens no campo, percebe-se a corrente diminuição do total de habitantes no meio rural.

Além da corrente contração de jovens no campo, as taxas gerais de crescimento populacional rural têm-se mostrado instáveis no decorrer do tempo e das pesquisas censitárias, apresentando picos negativos de crescimento entre os períodos de 1991 a 2000 (-1,3%) e 2000 a 2010 (-0,65%) (IBGE,2010). O que pode ser vinculado ao êxodo rural e a constante necessidade de estímulos ao desenvolvimento do agronegócio.

De acordo com Camargo (1960), o êxodo rural é o fenômeno de migração de uma população da zona rural para área urbana, ou seja, o deslocamento de pessoas em direção às cidades. Esse processo é consequência de fatores diversos, porém não muito aleatórios, mantendo correlação principal com o modelo econômico vigente, dentre outras inúmeras causas. Acredita-se que ações governamentais poderiam ajudar na mudança do atual cenário de saída dos jovens rurais para o ambiente urbano, pois diante de bons incentivos destinados exclusivamente à permanência do jovem no campo, este certamente daria continuidade aos ensinamentos de seus antecessores e traçaria outros caminhos que não tentar a sorte nas cidades.

Com o intuito de viabilizar a permanência dos jovens em propriedades rurais surgem alternativas que ultrapassam os incentivos fiscais viabilizando qualificação profissional e aprimoramento de técnicas e métodos com intuito de reduzir gastos e melhorar as condições de vida e trabalho. Contudo, para que tal projeto torne-se realidade faz-se necessário um

trabalho multissetorial, envolvendo esferas públicas e privadas, governos e instituições diversas capazes de contribuir para o alcance de tal objetivo.

Nessa perspectiva, um projeto recente idealizado por escolas de Espumoso – RS busca incluir na grade curricular estudos e práticas variadas relacionadas ao dia a dia no campo. O projeto visa à valorização das escolas do interior e a sustentabilidade das famílias com envolvimento de toda a comunidade escolar, valorizando a propriedade dos pais e da escola no lugar onde vivem.

Espumoso é uma cidade de pequeno porte, localizada na região norte do Rio Grande do Sul, sendo a maior cidade da microrregião do Alto Jacuí. Faz limite com os municípios de Campos Borges, Alto Alegre, Jacuizinho, Soledade, Tapera, Mormaço e Victor Greaff. Fundada em 28 de fevereiro de 1955, frente ao desmembramento de Soledade, o município de Espumoso completou em 2019 seus 64 anos. Seu nome provém dos cones de espuma formados pelas quedas de água do Rio Jacuí, rio que banha a região.

Segundo dados do Censo 2010, sua população é formada por 15.240 habitantes subdivididos em 10.335 habitantes urbanos e 4.905 habitantes rurais, em uma área territorial total de 783.065 Km<sup>2</sup>. A agricultura é fator predominante na economia do município, cujos produtos mais significativos são: a soja, o trigo e o milho, destacando-se ainda citros e bacia leiteira (IBGE, 2010).

Segundo o Censo de 2010, a população alfabetizada é de 13.216 pessoas e o total de atendidos pelas escolas do município somam 4.515 alunos, acompanhados por 157 professores da rede (ESPUMOSO, 2018). Atualmente a cidade conta com 25 estabelecimentos de educação: 4 Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e 21 Escolas Municipais. Destas 17 são Escolas de Ensino Fundamental e 4 Escolas de Educação Infantil. Todas sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Das 4 instituições Estaduais, 1 Escola é Cenecista de 1º e 2º Graus, 2 Escolas de Ensino Especial e 1 Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio.

Alunos e professores das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Augusto Peruzzo, Imaculada Conceição e Emílio Henrique Schmitt, todas pertencentes ao município de Espumoso, foram desafiados a incluir na grade curricular estudos sobre assuntos de relevância atual relacionados ao meio ambiente e ao agronegócio, como por exemplo manejo do solo, cuidados e escassez da água, sustentabilidade, importância do uso de EPIs para aplicação de insumos agrícolas, destinação adequada do lixo e o que fazer com as embalagens de agrotóxicos, entre outros assuntos de grande importância para o trabalho no campo.

O projeto é uma Parceria Pública Privada (PPP) entre a comunidade e a Syngenta – empresa especializada em sementes e produtos químicos voltados para o agronegócio, e realizado nas escolas municipais citadas acima. Através da parceria com as escolas municipais, a empresa desenvolve o projeto “escola no campo”, buscando estimular os jovens a permanecerem no meio rural.

Com base no que foi exposto até o momento, o problema de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso é: Em que medida os Projetos Desenvolvidos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Emilio Henrique Schmitt – Espumoso (RS), inspiram e incentivam a permanência dos Jovens no Meio Rural?

## 1.1 OBJETIVOS

Com o intuito de responder ao problema de pesquisa, foram delimitados os objetivos geral e específicos a seguir descritos.

### 1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é investigar, frente a percepção dos professores da escola, a influência dos Projetos desenvolvidos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Emilio Henrique Schmitt – Espumoso (RS) como mecanismos importantes na promoção da permanência dos jovens no meio rural. Com base no objetivo geral proposto delinear-se-ão objetivos específicos, que auxiliam na condução da pesquisa.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos podem ser elencados em:

- a) Mapear o projeto educacional “Escola no Campo” desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Emilio Henrique Schmitt de Espumoso-RS, em Parceria Público Privado com a Syngenta;
- b) Descrever a metodologia de ensino dos programas utilizados na Escola para manter os jovens do Município no meio rural;
- c) Avaliar as ações do programa “Escola no Campo” sob a ótica do corpo docente da escola;

d) Identificar os fatores que motivam ou limitam as perspectivas de permanência dos jovens no meio rural;

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A justificativa de uma pesquisa visa descrever as razões e os motivos que instigaram o autor a desenvolver determinado projeto (ROESCH, 2009). Para Almeida (2011, p.19), “um estudo pode ser justificado, isto é, a sua execução pode ser defendida com base em argumentos sobre a importância, a originalidade, a oportunidade e a viabilidade.”

Seguindo esse conceito, conhecer o Projeto “Escola no Campo” e identificar possíveis fatores motivacionais para a permanência da juventude rural no campo, mostra-se um estudo oportuno, viável, original e importante. A pesquisa é considerada oportuna e importante no sentido de que possibilita embasamento teórico aos estudos desenvolvidos no decorrer do curso. Pode ser considerada original, pois não foram encontrados outros trabalhos e pesquisas que avaliem o projeto público-privado.

Quanto à viabilidade, o tema foi avaliado e o problema de pesquisa aceito pelos professores da instituição de ensino. A força de trabalho jovem impulsiona o desenvolvimento e quanto mais se souber sobre o que incentiva ou desmotiva essa força rural, mais bem aproveitada será sua capacidade produtiva. Assim, a viabilidade mostrou-se possível, uma vez que a escola foi receptiva ao estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A maior parte do trabalhador rural busca uma atividade que lhe viabilize renda, qualidade de vida e a possibilidade de continuidade. Essa continuidade, porém, depende prioritariamente da sucessão familiar, o que está estreitamente vinculado a permanência do jovem no campo.

Segundo Carneiro (2005), o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais são questões que têm recebido mais atenção no decorrer do tempo. E, mesmo sendo de responsabilidade dos jovens a decisão de buscar conhecimento e oportunidades e de aprender junto aos professores e pais, é a educação que possibilitará a mudança de realidade em que nos encontramos.

Através da Educação é possível conscientizar a permanência do jovem no meio rural e mostrar a eles os benefícios de ser agricultor e fortalecer a agricultura familiar (CARNEIRO, 2005). As atuais possibilidades de escolarização e qualificação, o espírito de cooperação, incentivos fiscais e a sustentabilidade tornam-se possibilidades de ampliar a diversidade de renda e enfraquecem a imagem de sofrimento do trabalho agrícola.

### 2.1 JOVENS NO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E EDUCAÇÃO

Mesmo dispondo de pequenas áreas de terra a agricultura familiar possui relevante importância na produção diversificada de alimentos contribuindo para o desenvolvimento do setor agrícola a partir da organização e produção do trabalho familiar (MOURA E SILVA, 2012). Contudo, a modernidade, a competição de mercado e a aproximação campo-cidade baseada na visão produtivista, afeta as perspectivas de continuidade desse desenvolvimento (ALENTEJANO, 2000).

Não restam dúvidas de que a modernidade possibilita novos hábitos e novos modos de vida. Contudo, essa mesma modernidade levanta uma questão crucial sobre a permanência do jovem no campo, uma vez que o mundo urbano acaba por atrair essa juventude para o trabalho na cidade, culminando no movimento de abandono da zona rural e na migração para centros mais industrializados (MOURA E SILVA, 2012).

Seguindo essa linha de raciocínio do mesmo autor, Martins (1979) menciona que são os jovens quem vivenciam de forma mais dramática os problemas sociais e econômicos do



país. A juventude rural passa por muitas transformações que estão ligadas à proximidade entre o campo e a cidade. A mobilidade dos jovens rurais é fruto da soma das dificuldades enfrentadas na atividade agrícola com os atrativos dos centros urbanos, que põe a juventude frente a necessidade de um posicionamento entre sair ou ficar no campo.

Outro ponto de discussão relacionado à expectativa de permanência da juventude rural está associado ao próprio processo de sucessão familiar e continuidade do cultivo da terra, realizado essencialmente pelo núcleo familiar. O que vem sendo afetado pelo intenso processo de mecanização das atividades agrícolas e da consequente substituição da mão de obra humana (MARTINS, 1979).

Os pequenos produtores que não conseguem mecanizar sua produção, muitas vezes acabam tendo baixo rendimento de produtividade, o que os coloca em desvantagem no mercado, especialmente no mercado de *commodities* como a soja, o trigo e a pecuária. A atração exercida pelas cidades sobre parte da população agrícola é o principal motivo desencadeador do êxodo rural. Camargo (1960), ainda na década de 1960 referencia que esse processo gerou vários problemas sociais, pois parte desses imigrantes não possui qualificação profissional exigida pelo mercado cada vez mais competitivo, consequentemente há um aumento populacional desordenado, além do desemprego e do subemprego nessas cidades.

Como citado anteriormente, Carneiro (2005), entende o jovem produtor rural como ator relevante no cenário de constantes alterações socioambientais que alteram e modificam as condições para a realização de seus desejos e aspirações profissionais. É de responsabilidade do jovem a busca pelo conhecimento e as oportunidades de sucesso, e é através da educação que esse processo pode ser bem-sucedido.

Entende-se que é através da Educação é possível conscientizar a permanência dos jovens no meio rural, e assim mostrar a eles os benefícios de ser agricultor e fortalecer a agricultura familiar. A educação pode ser considerada um pilar capaz de sustentar a permanência dos jovens no meio, fortalecendo a identidade agricultora.

Referenciando uma pesquisa intitulada “Permanência dos jovens no campo: Para quê?” das autoras Bastiani e Strasser (2008, p. 12):

A Educação é um dos pilares de permanência, pois através dela, pode-se fortalecer a identidade dos jovens de ser agricultor. A permanência deles no meio rural é uma forma de fortalecimento da agricultura familiar e, logo, de resistência ao latifúndio. No entanto, para que a educação seja responsável pela permanência dos jovens no campo é necessário concebê-la além de seus aspectos formais, é preciso abordá-la em sua totalidade, como prática transformadora e revolucionária, para que não seja mera reprodutora dos

valores dominantes da sociedade, mas sim uma aliada rumo à transformação social.

Não raro encontramos vieses de pensamento que enfatizam o pressuposto de que “as diferenças entre o rural e o urbano tenderiam a desaparecer como resultado do processo de urbanização tido como natural e inevitável” (CARNEIRO, 2008, p. 10). Nesses termos, o desenvolvimento do campo dar-se-ia nos moldes da cidade, resultando na expansão e generalização do urbano, o que levaria ao fim o próprio objeto da sociologia rural.

Todavia, muitos pesquisadores da questão agrária desconsideram que o “território é dinâmico e vai adquirindo feições conforme o permanente movimento da realidade” (NASCIMENTO ROSA & STACCIARINI, 2015, p. 372). É preciso considerar que o mundo rural também sofre transformações no decorrer do tempo e vai se reconstruindo frente a novas realidades (*Ibidem*).

Na mesma linha, Carneiro (2008, p. 13) “constata a revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas que nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas”. Um ponto que causa discussão e discordância é o fato de considerarem os camponeses como seres sociais isolados e ausentes de relações de mercado por se dedicarem à autossuficiência de forma rústica (NASCIMENTO ROSA & STACCIARINI, 2015).

Levar em consideração questões fundamentais relacionadas à educação, de forma ampla, além do restrito ensino formal permite uma avaliação melhorada sobre seu real papel e seus reais limites. “Nesse sentido, uma concepção verdadeiramente abrangente e humanista de educação deve ser capaz de ir à contramão dos valores dominantes da sociedade mercantil” (BASTIANI & STRASSER, 2008, p. 6).

A educação básica do campo precisa ser construída por meio de uma política pedagógica vinculada às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura dos povos do campo (NASCIMENTO ROSA & STACCIARINI, 2015). E, mesmo autores como Martins (2011, p.15) considerando “ingênua a suposição corrente de que a escola pode se constituir num meio de "recuperação" do homem rural”. Ambos concordam que a escolarização ainda é um eficaz instrumento para a superação de obstáculo e quebra de paradigmas.

## 2.2 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA

Buscando interação com o assunto e na tentativa de absorver o real sentido do que significa e o que propõe uma parceria público-privada, encontramos ideias, discursos e linhas de pensamento que buscam explicar e exemplificar sua origem e ocupação.

Para muitos autores, as parcerias público-privadas mostram o processo cada vez mais deficiente do Estado em promover o desenvolvimento econômico e social, em suprir as necessidades da população e prestar um serviço público satisfatório, como desencadeador desta nova concepção. De acordo com Zanella Di Pietro (2002), uma PPP – Parceria Público Privada é uma colaboração em que o poder público se associa com terceiros, sejam também público ou mesmo privados, para a prestação de utilidades públicas à coletividade ou ao auxílio no desenvolvimento de atividades finalísticas.

Para Lima e Coelho (2015), a proposta da parceria público-privada é dinamizar aspectos na concessão dos serviços públicos. E como bem coloca Gonçalves (2007, p. 269), “O Estado sempre teve papel de protagonista na sociedade moderna, fomentando ao longo da sua relação com a política e a economia o desenvolvimento econômico das nações”. Contudo seu caráter de provedor de bens e serviços vem decaindo ao longo dos anos, dando oportunidade para novos conceitos e novos projetos.

Essa nova forma de trabalho nomeada como parceria surge no Brasil ainda na década de 90, segundo registros de Ludovici e Bernareggi (1993, p. 07): “a cooperação entre o setor privado e as administrações públicas brasileiras na promoção do desenvolvimento econômico, realização de obras e prestação de serviços de interesse da coletividade encontra-se em fase embrionária de implementação em nosso meio”.

Frente ao fato de que o Estado não mais consegue suprir a provisão de bens e serviços de forma satisfatória, iniciam-se as privatizações de algumas empresas, nas esferas federal e dos estados, a fim de melhorar uma performance de investimentos. Segundo Gonçalves (2007, p. 269), as privatizações dessa época têm “o objetivo de aprimorar a infraestrutura pública por meio de política permanente de investimentos patrocinada pelo setor privado”.

Ainda que recente no Brasil, “em países capitalistas mais desenvolvidos, a prática de transferir ao setor privado empreendimentos antes de exclusiva responsabilidade pública, através de privatizações, concessões e variadas formas de associação entre os dois setores” já ocorre há mais tempo e vem se fortalecendo cada vez mais (LODOVICI & BERNAREGGI 1993, p. 07).

De início, Lodovici e Bernareggi (1993) colocam as privatizações como a concretização da relação desta forma de cooperação. Essa parceria era vista como um novo incentivo ao ingresso de capitais privados no financiamento do setor de infraestrutura. Imagem parecida é também referenciada por Gonçalves (2007, p.269):

“A rigor, a entrada de capitais privados no financiamento e na operação de equipamentos de infraestrutura estaria condicionada tão somente à baixa disponibilidade de recursos orçamentários, mercê da imensa demanda por infraestrutura no país e da impossibilidade política de emissão de novos impostos, pois somente nessa condição os investimentos poderiam continuar a ser geridos diretamente pela máquina governamental.

Destaque ao fato de que, num primeiro momento a transferência para a iniciativa privada do papel de financiador da infraestrutura pública trouxe resultados significativos. Porém mesmo com o esforço do setor público em transferir para o setor privado parte da responsabilidade de financiamento da infraestrutura, as privatizações não se tornaram uma solução intermitente para o problema. Conforme explicam Albuquerque, Rebelatto e Savi (2009 *apud* LIMA e COELHO (2015, p. 271)): “(...) mesmo que tenham gerado efeitos positivos, são recursos finitos. Deste modo, essa foi uma alternativa que apresentou prazo determinado para sua conclusão e, portanto, não ofereceu argumentos fortes para o incremento continuado”.

Vale lembrar que direitos e garantias mínimas de vida digna estão previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e em leis que exigem do Poder Público uma garantia de bem-estar social. O que acontece é que em meio à crise o Estado não tem condições de atender a ordem constitucional, deixando de investir e na maioria das vezes deixando até de atender ao básico dos serviços públicos.

E, diante dessa crise crescente, o Estado contemporâneo enfrenta inúmeros desafios para solucionar esses problemas atuais, nos quais está a prestação dos serviços públicos de forma adequada e eficiente. Tais desafios são difíceis de serem vencidos quando se tem déficit orçamentário nas contas públicas de quase todas as esferas de governo, dificultando demasiadamente os investimentos (KURACHI, 2007). Dentro desse contexto, surgem as privatizações com a idealização de aprimorar a infraestrutura pública por meio de políticas permanentes de investimentos patrocinados pelo setor privado (GONÇALVES, 2007). Porém, como reforça Kurachi (2007, p. 56),

“essas providências não foram suficientes para o Estado recuperar o seu poder de investimento em infraestrutura. Assim, o Estado precisa buscar uma alternativa para suprir essa deficiência econômico-financeira, o que somente poderá solucionar por meio de parcerias com a iniciativa privada, na forma de concessão, permissão, parceria público privada e outras formas”.

Assim, as parcerias constituem um tema amplo, aberto, variado e intimamente ligado à reforma do aparelhamento do Estado. Seguindo os estudos de Kurachi (2007, p. 56) “o fenômeno da globalização exige dos Governos a inserção no ordenamento jurídico brasileiro de novos institutos ou antigos, com nova roupagem, com o fim de otimizar as inúmeras funções do Estado”.

Na expectativa de promover desenvolvimento, infraestrutura e investimentos, possibilitando serviços adequados, as parcerias são adotadas como sociedade ou “relação negocial, em que uma das partes assume obrigações determinadas com vistas a participação de lucros alcançados”. Trata-se de uma colaboração econômica entre o setor público e o setor privado, para fins de participação em atividades estatais, porém com objetivos de ganho (KURACHI, 2007, p. 56).

Considerando as diversas motivações, as parcerias público-privadas representam um importante conjunto de fatores vantajosos para todos os envolvidos. “A extensão de tais benefícios e a escolha das atividades mais adequadas variam, conforme as dimensões da empresa, o setor industrial a que ela pertence, suas necessidades peculiares e as características específicas da economia local” (LODOVICI & BERNAREGGI 1993, p. 16).

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O MEIO RURAL

O tema é demasiadamente complexo, contudo possui um empoderamento capaz de fazer a diferença em diversos setores e contextos sociais. Nosso tema foco – Políticas públicas – está vinculado ao ambiente rural e busca elucidar de que forma contribui (ou não) para que a juventude permaneça no campo e idealize sucesso nesse cenário.

De fato, a implementação de uma política pública é um processo dinâmico e não linear, envolvendo decisões que visam se transformar em ações. Iniciando a busca pela definição deste termo um tanto quanto confuso, encontramos em Secchi (2013) uma sucinta colocação de que Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, iniciando em sua construção e percorrendo todo o processo de atuação.

A interpretação do termo nos remete ao papel da política na solução de problemas de ordem pública, ou seja, conjunto, comunitário, social e global. “De antemão advertimos que há diversos entendimentos do que seja Política Pública e por isso, certo, errado, melhor ou pior não deve ser o objeto de análise (BRANCALEON *et al*, 2015, p. 02).

Do ponto de vista rural, Gehlen (2004) menciona transformações recentes na agropecuária brasileira, relacionadas a políticas públicas eficientes que dispensam políticas sociais compensatórias. O autor friza a importância da agricultura familiar sem isentá-la da necessidade da qualificação profissional, da busca por competitividade e desenvolvimento.

Independente do cenário, é imprescindível analisar o contexto de implementação de toda e qualquer política. Muitos são os fatores que podem afetar, comprometer ou mesmo alterar sua eficácia. Nesse sentido, o autor chama a atenção para as profundas transformações que vem ocorrendo no cenário rural e também para o dinamismo social que se evidencia nas lutas de interesse capaz de enfraquecer seu objetivo final (GEHLEN, 2004).

Ainda na busca pela definição do termo encontramos contribuições de outros autores:

Por exemplo, Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986), Dye (1984) seguem uma mesma linha em que focam o governo como promotor de ações que influenciam a vida dos cidadãos. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell: decisões e análises sobre política pública implicam, em linhas gerais, responder as questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (Souza, 2006). Algumas críticas são feitas a essas abordagens que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Além do que ao centrarem-se nos governos essas definições obscurecem o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos (BRANCALEON *et al*, 2015, p. 02).

A política dirigida para um segmento específico, embora possibilite mudanças, tende “a fortalecer os que apresentam racionalidade "moderna" e centrada na ética do trabalho e da competitividade, apropriando-se das melhores chances” (GEHLEN, 2004, P. 95). Ou seja, as possibilidades de sucesso diferem e favorecem aqueles que realmente buscam crescimento e aproveitam as oportunidades.

Para Teixeira (2002), políticas públicas são manifestações do exercício de poder. Desde sua elaboração até seus resultados, a política pública envolve a distribuição e a redistribuição de poder e de decisão nos conflitos sociais e na repartição de custos e benefícios.

“Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações

sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia” (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Uma vez que essas políticas buscam responder a demandas, principalmente de setores menos favorecidos ou mais vulneráveis, a política pública precisa ampliar e efetivar direitos de cidadania e ainda promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória (TEIXEIRA, 2002). Retomando a proposta de Gehlen (2004, p. 95) “(...) as políticas públicas com interesse social devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades”.

“Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social” (TEIXEIRA, 2002, p. 3). Seguindo uma trajetória, depois da necessidade criada e absorvida, o restante do processo se dá em sete fases, apontadas por Secchi (2013) como: 1 - Identificação do problema; 2 - Formação da agenda; 3 - Formulação de alternativas; 4 - Tomada de decisão; 5 - Implementação; 6 - Avaliação e 7 - Extinção.

Como todo processo dinâmico, uma política visa negociação, sofre pressões, é influenciada por alianças ou coalizões de interesses e a formação de sua agenda pode ou não refletir o interesse da população. Não diferente, as políticas rurais seguem critérios de composição de classe com uma estrutura de poder de governo porém ainda influenciável por pressões sociais (TEIXEIRA, 2002).

Nesse caminho, de promover a política pública como racional, centrada na ética e na qual se possa identificar os obstáculos ao desenvolvimento, fatores restritivos, oportunidades e potencialidades, ainda assim surgem entraves e barreiras que afetam um resultados maior. Na visão de Gehlen (2004) as oportunidades oferecidas não chegam de forma igualitária a todos os necessitados e isso faz com que, mesmo as políticas públicas convencionais, do tipo crédito agrícola, ou estímulo à formação de cooperativas, não superam a discriminação e a desigualdade entre aqueles que buscam se beneficiar dos programas.

“Para a maioria dos analistas, só há mudanças no conteúdo e na metodologia das políticas públicas com mudanças nas elites políticas, na composição do poder político” (TEIXEIRA, 2002, p. 6). Fica ainda mais evidente que o poder conduz esse processo, e para que mudanças mais substantivas possam ocorrer é preciso mudar sua composição, contudo a mobilização como ação coletiva tem autoridade e capacidade de conquistas sociais,

principalmente se assumir uma postura de conselho, debate e alternativas e não de mera crítica.

Não diferente de outros estados da federação, também aqui no Rio Grande do Sul existem políticas e programas criados e desenvolvidos como alternativas para uma melhoria da vida rural. O Governo do Estado sancionou a Lei 68/2013 que cria a política, institui o Programa e cria o Fundo Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Embora a Extensão Rural e Social exista institucionalmente no RS desde a década de 1950 e esteja prevista na Constituição Estadual de 1989, esta é a primeira lei que trata de forma específica da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social - ATERS. Estes serviços são fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável, apoiando e executando políticas públicas no meio rural, executando serviços permanentes e continuados e permitindo ainda ao Estado contratar serviços complementares para potencializar políticas e projetos para públicos específicos, integrando as políticas federais e estaduais (EMATER/RS-ASCAR, 2018).

Com recursos oriundos dos governos municipais, estadual e federal, os serviços de ATERS são prestados diretamente às famílias e suas organizações, por meio da Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada pelo Governo com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, buscando difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas. Esta instituição atuou no ano de 2017 em 493 dos 497 municípios gaúchos, alcançando 233.449 famílias em unidades de produção, com integrantes devidamente identificados e cadastrados e frente ao objetivo de promover o Desenvolvimento Rural Sustentável e orientar as atividades extensionistas nas diferentes dimensões da sustentabilidade: a produtiva, a ambiental, a política e a cultural (EMATER/RS-ASCAR, 2018).

O quadro a seguir elenca as ações que beneficiaram o rural visando o fortalecimento da agricultura familiar e a redução da pobreza, segundo o Relatório de Atividades ATERS 2017:



Quadro 1: Ações do Rural ATERS 2017

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso às Políticas Públicas;</li> <li>- Gestão Rural;</li> <li>- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)</li> <li>- Educação;</li> <li>- Promoção da Saúde;</li> <li>- Promoção de Geração de Renda;</li> <li>- Favorecimento à Sucessão Familiar;</li> <li>- Valorização, defesa e garantia de direitos indígenas e quilombolas;</li> <li>- Inclusão e Fortalecimento de organizações produtivas femininas;</li> <li>- Sucessão familiar jovem;</li> <li>- Promoção para a participação e a conquista da autonomia;</li> <li>- Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental;</li> <li>- Profissionalização de Produtores;</li> <li>- Segurança e Soberania Alimentar</li> <li>- Produção Diversificada;</li> <li>- Organização e desenvolvimento Rural;</li> <li>- Participação em Chamadas Públicas;</li> </ul>
---

Fonte: EMATER/RS-ASCAR, 2018.

Em termos de Federação, o Brasil é um dos poucos países do mundo que possui um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural com o objetivo da redução das desigualdades, inclusão socioeconômica dos agricultores familiares em toda a sua diversidade e a segurança alimentar de toda a população. Entre os diversos programas criados, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é um dos que merece destaque. Criado em 1995, como uma linha de crédito rural, fruto de uma intensa participação das organizações da agricultura familiar, o programa foi se estruturando e atinge hoje o rural brasileiro em toda a sua diversidade (BIANCHINI, 2015).

Como o PRONAF, outros instrumentos de políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar têm subsídios implícitos, é comum se estabelecer um teto de renda para que o agricultor familiar possa se beneficiar dessas políticas. Para atender a diferentes tipologias de agricultores (pobreza extrema, pobreza rural, agricultores em transição e ou em capitalização) com diferentes políticas públicas, a Renda Familiar contribui para a definição desses parâmetros. No Brasil, para caracterizar a agricultura familiar, o percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento agropecuário em relação à renda familiar é definido pelo Poder Executivo. Atualmente o critério utilizado é o da Renda Bruta, que inclui a Renda Bruta Agrícola e Não Agrícola do estabelecimento rural, somado a Renda Não Agrícola fora do estabelecimento rural, tendo como limites na safra 2015-2016, R\$ 20 mil para os agricultores do microcrédito produtivo rural e R\$360 mil para os demais

produtores. É permitido um rebate de R\$10.000 para a renda não agrícola fora do estabelecimento, e a renda do estabelecimento deve ser maior que a renda não agrícola fora do estabelecimento (BIANCHINI, 2015).

Esse programa financia as principais despesas variáveis do custo de produção de uma cultura e ou criação. De acordo com a produtividade e renda esperada, o Banco libera um determinado valor por hectare, seguindo uma planilha previamente atualizada a cada Plano Safra. Os agricultores podem financiar mais que uma cultura, respeitando o limite estabelecido para aquele ano agrícola, bem como o limite de seu grau de endividamento.

O quadro 2 relaciona as linhas de crédito e os tipos de financiamento possíveis para cada estilo contemplado pelo programa:

Quadro 2 – Linhas de crédito PRONAF.

<b>Linhas de crédito:</b>	<b>Financiamentos:</b>
Mais alimentos:	<ul style="list-style-type: none"> <li>- São financiados máquinas e equipamentos;</li> <li>- Infraestrutura produtiva;</li> <li>- Animais e culturas permanentes;</li> <li>- Tanques e resfriadores,</li> <li>- Irrigação;</li> <li>- Turismo rural;</li> <li>- Confecções;</li> <li>- Moveleira;</li> </ul>
Pronaf Agroindústria	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Linha de investimento que visa o beneficiamento, o processamento e à comercialização dos produtos da unidade de produção familiar.</li> <li>- Pode financiar também atividades não agrícolas como o turismo rural.</li> </ul>
Microcrédito Produtivo Rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Financia atividades agrícolas e não agrícolas para agricultores familiares situados abaixo da linha de pobreza.</li> <li>- É um microinvestimento de R\$2,5 a R\$4,0 mil, que pode se repetir em até três operações, com um pequeno percentual para custeio.</li> </ul>
Avanços e Desafios Agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Financia atividades de custeio e investimento para propriedades agroecológicas e(ou) em transição.</li> </ul>
Eco	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investimentos para implantação, utilização e ou recuperação de tecnologias de energia renovável;</li> <li>- biocombustíveis;</li> <li>- armazenamento hídrico;</li> <li>- silvicultura;</li> <li>- recuperação dos solos.</li> </ul>
Mulher	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Linha de investimento para atividades próprias da mulher agricultora;</li> <li>- unidades de hortifrutigranjeiros;</li> <li>- atividades não agrícolas como o artesanato rural;</li> <li>- turismo rural;</li> <li>- agroindústria familiar.</li> </ul>
Jovem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Linha de Investimento para estruturação de um projeto do jovem agricultor, junto à unidade de produção familiar, podendo realizar até três operações, com limite de R\$15 mil por operação.</li> </ul>

Fonte: BIANCHINI, 2015

O Pronaf, nestes 20 anos, aplicou aproximadamente R\$ 160 bilhões em mais de 26 milhões de contratos, nas diferentes modalidades, para diferentes tipologias de agricultores

familiares, financiando máquinas, veículos de transporte e equipamentos para a agricultura familiar mais estruturada, até os microfinanciamentos para a agricultura familiar menos capitalizada. Dois exemplos mostram essa diversidade: O Mais Alimentos, uma linha de investimentos do Pronaf que financiou 50.000 tratores nos últimos 7 anos; o Agroamigo, que financiou nos últimos dez anos, através do Pronaf B, 2,4 milhões de contratos aplicando R\$ 5,6 bilhões junto a famílias situadas abaixo da linha de pobreza na região do semiárido (BIANCHINI, 2015).

Com vistas ao exposto, percebe-se a importância deste programa, de sua referência para o Brasil e para o mundo, como um exemplo de política pública e de construção participativa entre governo e sociedade.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo de metodologia serve para detalhar o caminho que a pesquisa seguiu na busca da solução do problema de pesquisa. Neste contexto abordam-se os aspectos metodológicos, cujo objetivo foi identificar os fatores que motivam ou limitam as perspectivas de permanência dos jovens no meio rural através do projeto Escola no Campo, desenvolvido em forma de PPP na Escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Henrique Schmitt, de Espumoso – RS, e a empresa Syngenta, considerando a percepção dos professores.

Segundo Almeida (2011, p. 37), “a caracterização do estudo é parte importante do capítulo de metodologia”, porque visa a descrição dos procedimentos adotados, do tipo de pesquisa, do instrumental utilizado e do método desenvolvido, a fim de que qualquer pessoa que utilize os mesmos procedimentos chegue a resultados aproximados.

Assim como existem diversas classificações que podem ser usadas para descrever um mesmo estudo, também são várias as razões que determinam a realização de uma pesquisa. As razões são, geralmente, classificadas em dois grandes grupos: as de ordem intelectual que decorrem do desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer; e as razões de ordem prática que decorrem do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz (GIL, 2010).

Fazendo um comparativo, usando as palavras de Ciribeli (2003, p. 53): “Se a Ciência é um conjunto de conhecimentos comprovados e sistematizados pela reflexão, a Pesquisa é o planejamento da ação que possibilita o recolhimento de novos dados que mais e melhor orientam esta reflexão”. Assim é preciso pesquisar e enfatizar, pois a ciência não é estática, ela necessita de constante indagação e automodificação (CIRIBELI, 2003).

Almeida (2011) informa que as razões de uma pesquisa definem seu tipo e sua classificação como sendo uma pesquisa científica pura ou aplicada. A pesquisa científica pura também é conhecida como teórica e visa a geração de novas teorias. A pesquisa científica aplicada usa conhecimentos que já foram sistematizados e busca dar solução para problemas enfrentados por pessoas ou organizações.

“A Pesquisa Pura é a que amplia os horizontes do conhecimento, desenvolve teorias, caracteriza novos princípios e realiza amplas generalizações, mas que não se preocupa com a aplicação prática dos novos informes coletados”. Já a pesquisa aplicada “é aquela que aplica os informes obtidos pela Pesquisa Pura” (CIRIBELI, 2003, p. 54).

Com base no embasamento exposto a pesquisa aqui apresentada é do tipo científica pura, uma vez que não tem fins práticos, concentrando sua preocupação na identificação de razões e motivos e não na aplicação dos resultados encontrados.

A seguir, busca-se caracterizar esta pesquisa quanto aos seus objetivos e abordagem.

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

#### 3.1.1 Quanto aos objetivos

"Sob o ponto de vista dos objetivos , isto é, em relação aos fundamentos estudados, a Pesquisa científica é classificada como: Exploratória, Descritiva e Explicativa" (CIRIBELI, 2003, p. 54). A pesquisa experimental ou exploratória, segundo Silva (2004, p. 15), "visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses". Rudio (1986) menciona que este tipo de pesquisa estuda a relação entre fenômenos procurando saber se um é causa do outro. Almeida (2011, p. 38), por sua vez, reforça esse conceito dizendo que a pesquisa exploratória é "desenvolvida em áreas onde existe pouco conhecimento estruturado".

Portanto, a pesquisa aqui desenvolvida classifica-se como sendo exploratória, uma vez que busca conhecer e analisar em que medida os projetos desenvolvidos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Emilio Henrique Schmitt – Espumoso (RS), inspiram e incentivam a Permanência dos Jovens no Meio Rural, frente as percepções dos educadores que os aplicam.

#### 3.1.2 Quanto à abordagem

Quanto à abordagem, as pesquisas podem ser classificadas em qualitativas e quantitativas. "Muita confusão metodológica e muitas afirmações falsas surgem da compreensão equivocada ao se fazer a distinção entre qualitativo/quantitativo na coleta e análise de dados, com princípios do delineamento da pesquisa e interesses do conhecimento" (BAUER e GASKEL, 2003, p. 20).

No tratamento qualitativo não é preciso o uso de métodos e técnicas estatísticas, ou seja, os dados não necessitam ser tabulados e quantificados. Os pesquisadores tendem a

analisar seus dados indutivamente, dando maior importância aos significados atribuídos às coisas (ALMEIDA, 2011).

Diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa busca transcreever opiniões e informações em números. Esta abordagem se utiliza de ferramentas estatísticas para medir a relação existente entre as variáveis estudadas (ALMEIDA, 2011).

Seguindo esta linha, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois os dados coletados só fazem sentido após um breve tratamento lógico secundário, feito pelo autor (CIRIBELI, 2003)

### 3.2 ENTREVISTADOS

Este trabalho envolve um pequeno grupo de entrevistados, visto que o objeto de estudo são os alunos da Escola Municipal Emílio Henrique Schmitt, frente ao entendimento dos quatro professores diretamente envolvidos com o Programa Escola no Campo.

Como o foco deste estudo perpassa a influência do projeto escola no campo sobre os jovens estudantes. Assim o recorte da seleção de entrevistas foi feito apenas com o corpo docente envolvido já que o intuito da pesquisa foi identificar o incentivo fornecido pelo projeto aos alunos.

### 3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

Para que um problema de pesquisa seja respondido, na maioria das vezes são necessários dados primários e também secundários. Zanella (2007) define dados primários como sendo aqueles que estão em posse dos pesquisados, ou seja, as pessoas que têm informações sobre o que se busca saber. Já os dados secundários correspondem às informações já existentes e já tabuladas com vistas a outros propósitos.

Para o levantamento dos dados necessários a uma pesquisa, Gil (2010) destaca como principais técnicas utilizadas: o questionário, a entrevista e o formulário. Esta pesquisa enquadra-se como qualitativa exploratória porque utilizou a entrevista como método para a coleta dos dados. De acordo com Bauer e Gaskell (2003 *apud* KETZER *et al*, 2018, p. 8), “esse tipo de pesquisa lida com interpretações das realidades sociais. É uma pesquisa empírica, que não utiliza dados numéricos, mas textos que devem ser interpretados”

Utilizou-se uma entrevista semiestruturada que, na visão de Bauer e Gaskell (2003 *apud* KETZER et al, 2018) prima pelo conhecimento das opiniões e não pela contagem das pessoas questionadas. Gil (2010, p. 101) lembra que “qualquer que seja o instrumento utilizado, convém lembrar que as técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados”. Ainda na busca por justificar o uso desta técnica:

Não podemos explicar as complexidades de uma entrevista, mas lembre-se de uma das semelhanças entre aprender com pessoas e aprender com livros: quanto mais separamos o que sabemos do que queremos saber, mais eficazmente encontramos aquilo de que precisamos. Em resumo, planeje não que você tenha de preparar o roteiro da entrevista com uma lista rígida de perguntas – na verdade, essa é uma péssima idéia - , mas prepare-se, de modo a não usar as pessoas sem um propósito definido. (BOOTH, COLOMB, WILLIAMS, 2000, p. 93)

O roteiro foi formatado e semiestruturado com 25 perguntas separadas por 4 assuntos distintos porém vinculados. Iniciou-se pela identificação do respondente, com classificações em P1, P2, P3 e P4, com informações socioeconômicas relacionadas à idade, formação acadêmica e tempo de atuação. Na sequência, as perguntas que nortearam a entrevista eram de temas relacionados à Educação, Parcerias público-privadas, Jovens no campo, Políticas públicas e rural.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta e analisa os resultados desta pesquisa. Para facilitar a compreensão, apresenta-se uma breve descrição do objeto de estudo e posteriormente segue a apresentação dos resultados obtidos com a entrevista realizada com 4 (quatro) professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Emilio Henrique Schmitt – Espumoso (RS), que participam do desenvolvimento do Projeto Escola no Campo.

### 4.1 DESCRREVENDO O PROJETO

O Projeto Escola no Campo foi criado no ano de 1991 pela empresa Syngenta e desde 2009 recebe o apoio da Fundação Abrinq, com vistas a contribuir com a melhoria da educação do ensino fundamental nas escolas públicas localizadas em regiões agrícolas. Visando a promoção do desenvolvimento sustentável e a valorização da vida no campo, atualmente o projeto é concebido em 13 estados brasileiros, com foco principal no combate ao trabalho infantil no contexto rural (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2019).

Para executar o projeto, as escolas rurais montam um planejamento didático, com a participação ativa dos professores, com o objetivo de disseminar o conteúdo do projeto para as séries atendidas. Dessa forma, os adolescentes são incentivados a transmitir o que aprendem para as suas famílias e para a comunidade em que vivem, assumindo um papel de extrema importância na conscientização da sociedade sobre os conceitos de agricultura sustentável, mostrando aos adolescentes a importância do agricultor na economia do país (*Ibidem*).

Adotado pela escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Henrique Schmitt de Espumoso RS, no ano de 2017, o desenvolvimento do Projeto busca viabilizar um cenário onde os jovens por meio da educação, queiram dar continuidade aos trabalhos no agronegócio. A Escola tem sede no Município de Espumoso, na localidade de Campo Comprido, área rural do município. Foi construída em 1966 com duas salas de aula funcionando de 1ª a 4ª séries, e atualmente atende aos nove anos de ensino, mais os níveis A e B – considerados como “jardim e pré-escola”.

A escola ocupa uma área física total de 5.300 m<sup>2</sup>, sendo sua área construída equivalente a 1.559 m<sup>2</sup> distribuídos em 01 prédio com 10 salas de aulas e toda a infraestrutura necessária para um bom funcionamento (ESPUMOSO, 2018).



No ano letivo de 2018 a escola atendeu um total de 116 alunos, distribuídos em 11 turmas, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 - Número de alunos por turma no ano letivo de 2018.

Turmas	Nº de alunos
Nível A	06
Nível B	04
1º ano	12
2º ano	09
3º ano	12
4º ano	11
5º ano	02
6º Ano	14
7º Ano	17
8º Ano	11
9º Ano	18
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>

Fonte: Dados repassados pela Sec. Municipal de Educação.

O currículo da escola configura-se como um processo flexível, aberto, e permanente de construção do conhecimento a partir de vivências concretas da realidade dos alunos. Buscando uma educação libertadora que parte do pressuposto de que não basta apenas compreender a escola que temos, é preciso também mudá-la, refazê-la, construindo outras consciências e ações coerentes com a realidade que temos.

Frente ao exposto, o projeto adotado pela escola em parceria com a empresa Syngenta vem ao encontro das premissas declaradas pela direção da escola e com os objetivos orientados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, coordenadora do projeto pedagógico.

O Projeto Escola no Campo é uma iniciativa da Syngenta, desenvolvida em parceria com a Fundação Abrinq. Visa contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades do campo por meio da qualidade da educação, promovendo a reflexão sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes, o combate ao Trabalho Infantil e a Valorização da Vida no Campo. Oferece material didático de alta qualidade, a fim de aprimorar o trabalho do professor em sala de aula. Realiza, ainda, encontros de formação e sensibilização para os educadores sobre as temáticas do projeto e sobre a relação Escola-Família, no intuito de aproximar os familiares do cotidiano escolar.

Em 2018 o projeto beneficiou mais de 16 mil alunos e 1.100 educadores, estando presentes em mais de 400 escolas em todo o Brasil. O Escola no Campo só é possível graças à

fundamental parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com as Cooperativas Agrícolas, que viabilizam o desenvolvimento local das ações junto às escolas. Por fim, o sucesso do projeto se deve ao grande empenho de seus principais atores: alunos e educadores (SYNGENTA, 2018).

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

O propósito inicial da utilização de um roteiro de entrevista tem como objetivo guiar as perguntas para que seja possível identificar, frente a percepção dos professores da escola, a influência do Projeto “escola no campo”, na promoção da permanência dos jovens no meio rural. Não há a intenção de identificar o respondente, descrevendo apenas características de seu perfil sócio econômico.

A tabela 1 abaixo ilustra as particularidades de idade, gênero, formação acadêmica e tempo de serviço na área da educação.

**Tabela 1: Caracterização da amostra**

Entrevistados	Idade	Gênero	Formação acadêmica	Tempo de Serviço	Tempo Escola
P1	46 anos	Feminino	Pedagogia	23 anos	20 anos
P2	57 anos	Feminino	Pedagogia	32 anos	08 anos
P3	45 anos	Masculino	Educação Física	20 anos	15 anos
P4	40 anos	Feminino	Ciências Biológicas	06 anos	02 anos

Fonte: Elaboração própria.

Diante da caracterização dos entrevistados, visualiza-se a experiência no ramo educacional de todos, uma vez que a idade dos professores encontra-se num intervalo de 40 a 57 anos, com considerável tempo de serviço na área.

#### 4.3 EDUCAÇÃO

Na intenção de bem desenvolver a busca pelas informações capazes de responder ao problema de pesquisa, a entrevista foi balizada por perguntas com envolvimento em quatro temas: Educação, PPPs, Jovens no campo e Meio Rural.

Tendo como ponto de partida a colocação de Carneiro (2005), delegando ao jovem a responsabilidade pela busca de oportunidades que os remetam ao conhecimento, crescimento

e sucesso, considerando a educação como base para essa perspectiva. A primeira bateria de perguntas foi relacionada com o tema educação.

Questionados sobre o papel da comunidade escolar na localidade de Campo Comprido, área rural do município de Espumoso, todos os entrevistados tiveram respostas semelhantes, informando ter conhecimento de que o papel da escola nesta localidade vai além do alfabetizar. Visualizando a transcrição de uma das respostas, o entrevistado P3 declara que um importante papel da comunidade escolar é *“ajudar na permanência do jovem no campo”*.

O segundo questionamento teve como intuito descobrir se a qualificação dos profissionais voltada aos estudos da questão rural influencia em alguma medida o rendimento do aluno? Também o respondente P3 merece destaque em sua colocação quando diz que *“Nossos professores não tem uma formação específica na área rural, mas com o auxílio de projetos educacionais, recebemos suporte através de treinamentos e materiais, onde podemos repassar aos alunos. Certamente todo o conhecimento é válido e mais próximo da realidade dos alunos podemos chegar e assim auxiliá-los não somente em sala de aula, mas sim na vida como um todo”*.

A colocação acima nos remete ao disposto no texto de Bastiani e Strasser (2008), quando afirmam que a educação precisa transcender seus aspectos formais para ser capaz de transformar uma realidade. Seguindo esse parecer, os professores entendem e reconhecem que seu agir pode auxiliar os alunos rumo a uma transformação social.

O entrevistado P1 menciona que *“no início do ano letivo ocorre uma formação destinada aos professores específicos que irão trabalhar no decorrer do ano conduzindo tal projeto. Profissionais da fundação ABRINQ apresentam um esquema detalhado contendo o tema do ano, juntamente com um kit de materiais”*. E esse esclarecimento nos remete ao exposto por Nascimento Rosa & Stacciarini (2015), quando indica que a educação no campo precisa ser construída e formatada, vinculando diversas políticas pedagógicas com os acontecimentos diários dos povos do campo.

Sobre as práticas profissionais que existem atualmente em desenvolvimento na escola, relacionadas à educação rural, e a frequência com que ocorrem, foi citado *“o projeto União Faz A Vida em parceria com a empresa SICREDI, o Projeto Escola no Campo que traz o resgate da valorização do trabalho da agricultura, projeto esse que é desenvolvido anualmente.”* (respostas P1). Em complemento, também citada a parceria com a empresa COTRIEL – Cooperativa Tríticola de Espumoso, que segundo o respondente P4 *“nos ajuda com assistência técnica e fornecimento de mudas e adubos para a horta e o pomar”*.

Frente ao exposto, percebe-se que, apesar de os professores envolvidos no projeto não terem formação específica na área rural, recebem o suporte necessário por meio dos treinamentos e dos materiais disponibilizados, facilitando o repasse aos alunos. Essa prática faz oposição ao conceito de Martins (2011, p.15) que classifica como “ingênua a suposição corrente de que a escola pode se constituir num meio de "recuperação" do homem rural”. E torna claro que a qualificação dos profissionais influencia no rendimento escolar, uma vez que aproxima o professor da realidade do aluno possibilitando um auxílio não somente em sala de aula, mas sim na vida como um todo.

#### 4.4 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Seguindo o conceito de que uma PPP – Parceria Público Privada é uma colaboração em que o poder público se associa com terceiros, sejam também público ou mesmo privados, para a prestação de utilidades públicas à coletividade (ZANELLA DI PIETRO, 2002), buscou-se identificar neste momento, quais os projetos desenvolvidos atualmente na escola, que podem ser classificados como em parcerias público-privado.

Considerando todas as respostas, obtemos a informação de que a escola desenvolve atualmente outras práticas relacionadas à educação rural que não só o projeto Escola no Campo em parceria com a empresa Syngenta. Existe também o Projeto União faz a Vida em parceria com a empresa Sicredi e outras parcerias desenvolvidas com a Cotriel – Cooperativa Tritícola de Espumoso, que como transcrito anteriormente presta assistência técnica e fornece mudas e adubos para a horta e o pomar na escola.

Visto que o projeto “Escola no Campo” foi implantado no ano de 2017, o questionamento solicitou a descrição de como era no início, como transcorre atualmente e quem são os envolvidos? O respondente P1 melhor relata esta informação:

*“Este projeto ocorre no município de Espumoso somente com as escolas do interior do município. No ano de 2017 foi desenvolvido a horta escolar, e contou com o apoio da empresa Cotriel para o fornecimento dos insumos para a fabricação desta horta, através de um ofício contendo todos os materiais necessários para a construção da horta escolar, bem como a orientação de um profissional qualificado, que se dedicou a realizar palestras aos alunos desde a correção do solo, adubação, como combater os insetos sem o uso de agrotóxicos até a fase final de consumo das hortaliças. O projeto é destinado a uma única turma da escola, o 6º ano.” (Entrevistado P1).*

Segundo relatos dos entrevistados, a frequência na qual ocorrem as práticas dos projetos é anual, ou seja, as atividades transcorrem vinculadas ao cronograma do ano letivo e incrementam o aprendizado. As rotinas de trabalho são semanais, com o manejo do solo e os cuidados com as plantas, envolvendo os alunos sob orientação dos professores.

O quadro 4 a seguir transcreve as respostas de como as PPPs ocorrem atualmente:

Quadro 4 – Descrição da ocorrência das PPPs na visão dos respondentes

<i>P1 – Além de dar continuidade da horta escolar, foi incentivado os alunos a fabricarem sua própria horta em casa. Foi distribuído a cada aluno participante materiais suficientes para fabricar sua própria horta em casa, estimulando uma competição interna, onde o aluno que apresentou a melhor horta recebeu premiação.</i>
<i>P2 – Banda Fênix</i>
<i>P3 – Esse ano de 2019 ainda não iniciamos as atividades relacionadas a esse projeto, mas nosso objetivo é dar continuidade na horta escolar. No ano de 2018 tínhamos um terreno que estava ocioso onde surgiu a idéia de confeccionar um pomar.</i>
<i>P4 – Atualmente contamos com o apoio do Programa escola no campo que é de grande valia, incentiva o jovem permanecer no campo através de trabalho e cooperação. Contamos com orientações e palestras de como executar o projeto, tivemos suporte técnico agropecuário, aprendemos juntos sobre correções de solo repassando conhecimento prático com os alunos, épocas adequadas do plantio de cada cultura, adubação, irrigação, foi criado a composteira despertando o interesse de todos os alunos do que poderia ser usado. Além dos benefícios de uma alimentação saudável, foi desenvolvido uma pirâmide alimentar vendo o que era possível aproveitar da horta escolar.</i>

Fonte:elaboração própria após entrevista com educadores da escola.

Sobre os atores envolvidos diretamente com o projeto, houve unanimidade nas respostas P1, P2, P3 e P4 informaram se tratar de 5 professores. O quantitativo de alunos que já passaram pelo projeto e quantos estão envolvidos atualmente foi indicado pelo respondente P3: “30 alunos já passaram pelo projeto e atualmente conta com 4 alunos”.

Nos questionamentos sobre a existência de um método de medição de resultados do projeto e qual a perspectiva para os próximos anos, os entrevistados enfatizaram que a perspectiva é continuar mas a maioria desconhece o esquema de medição de resultados. Ainda que tendo conhecimento de que uma Parceria Público-Privada é um contrato pelo qual o parceiro privado assume alguma responsabilidade do setor público, muitas vezes recebendo por isso, os professores desconhecem a forma como ocorrem as avaliações e os repasses. (REGADAS, 2016).

O relato do respondente P3 diz que: “No ano de 2018 além da criação da horta escolar e pomar os alunos tiveram um novo desafio de levar as hortaliças a fim de preparar

*uma horta em casa e nos mostrar através de fotos e posteriormente premiados com a melhor horta em sua propriedade”. Sobre a perspectiva para os próximos anos? “A escola é quem determina o foco do tema que vai trabalhar no decorrer do ano, e a nossa escola como sendo uma escola do interior deve dar continuidade na horta escolar e pomar, iremos ouvir sugestões do alunos e professores a fim de desenvolver da melhor maneira possível o projeto nesse ano de 2019.”*

Frente ao conteúdo transcrito, pode-se concluir que os professores envolvidos reconhecem a importância da parceria com entidades privadas. E mesmo desconhecendo o modo como essas parcerias são avaliadas, a vivência mostra que os resultados são mais favoráveis do que prejudicial, o que vai ao encontro do exposto por Regadas (2016, p.01):

[...] somados às dificuldades de elaboração, gerenciamento e construção de projetos estão os dados que demonstram ganhos de eficiência, transparência e realocação de riscos para o setor público com as PPPs. No Brasil, esse modelo educacional é tão recente que não há estatísticas capazes de medir tal avanço. Contudo, algumas experiências internacionais de sucesso indicam a melhoria do serviço oferecido à população por meio das Parcerias Público-Privadas na educação.

Ainda que a ocorrência de PPPs seja pequena, principalmente na área da educação, as informações obtidas por meio deste questionário demonstram que a escola Emílio Henrique Schmitt está bem-fadada quando o assunto é parceria com empresas privadas, o que evidencia que mesmo recente, o modelo é promissor.

#### 4.5 A JUVENTUDE NO CAMPO

O termo juventude faz lembrar do conceito de modernidade, e o modernismo é capaz de oportunizar novos hábitos e novos modos de vida, o que nos remete às mudanças de vida e a permanência do jovem no meio rural (MOURA E SILVA, 2012). Nas questões sobre a juventude no campo, a entrevista abordou indagações sobre as ações do programa e seus reflexos na vida dos participantes, formas de satisfação ou desinteresse e percepções de melhoria no desenvolvimento escolar.

Ficou evidenciado na entrevista que os objetivos e as intenções do programa orbitam em torno da preservação do meio ambiente, da reafirmação da importância da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis, da conscientização sobre uso de agrotóxicos e uso de EPIs e da valorização do trabalho realizado pelo agricultor. Todos os feitos realizados

na escola servem de aprendizado para a vida rural e visam a criação de uma identidade agricultora orgulhosa de fazer o que faz e com desejo de permanecer no trabalho da terra. O quadro 5 transcreve as perguntas e respostas desta seção:

Quadro 5 – Ações do programa e seus reflexos.

Pergunta:	Resposta:
<b>De que forma as ações do programa “Escola no Campo” refletem na vida cotidiana dos alunos participantes?</b>	<i>P1: Eu vejo de uma forma positiva visto que o aprendizado que estão tendo na escola a grande maioria aplica na sua propriedade. P3: Dentre os objetivos do programa escola no campo é preservar o meio ambiente, reafirmar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis, conscientizar sobre o uso correto de agrotóxicos e uso de materiais de EPIs, mas também valorizar o trabalho realizado pelo agricultor, orgulhar-se dele e o principal é permanecer no campo.</i>
<b>De que forma os alunos demonstram sua satisfação ou desinteresse em relação ao programa?</b>	<i>P1 – Os alunos sentem-se tão satisfeito com o programa que acabam trazendo sugestões de melhorias de acordo com as práticas diárias que acompanham em sua propriedade, havendo uma troca de experiências. P2 – Cada aluno é responsável pelo instrumento que está usando, e desde a criação do projeto não tivemos problemas, eles demonstram cuidados com a plantas e ficam apreensivos de acordo com as intempéries climáticas. P4 – Percebo muito interesse não somente dos alunos mas dos pais também que sempre que possível ajudavam a engrandecer nossa horta.</i>
<b>É perceptível alguma melhoria no desenvolvimento escolar dos alunos participantes?</b>	<i>P1 – O material disponibilizado pelas empresas participantes do projeto escola no campo é um material muito rico onde desperta no aluno o gosto pela leitura através de histórias em quadrinho, desenhos coloridos, motivando o desenvolvimento escolar dos alunos. P4 – Como professora de ciências as aulas de tipo de solos tipos de plantas, raízes poderíamos fazer aulas práticas, os alunos adoravam e a aula se tornava grandiosa.</i>

Fonte:elaboração própria após entrevista com educadores da escola.

Não é recente a preocupação com a juventude rural e com os processos relacionados a este meio. A questão da sucessão e reprodução da agricultura familiar torna-se recorrente e cada vez mais visada, assim como o interesse em transformar essa realidade. Como já referenciado, Martins (1979) aponta que são os jovens quem vivenciam de forma mais dramática os problemas sociais e econômicos do país.

Também Brumer (2007, *apud* KUMMER e COLOGNESE, 2013, p. 203) assegura que dois temas são recorrentes quanto à juventude rural: “a tendência emigratória dos jovens e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração”. Para o autor, é nítido o processo de esvaziamento e de crise de reprodução da agricultura, fato demonstrado pelo fraco quantitativo de jovens que optam em permanecer no campo.

Assim, as ações do programa Escola no Campo surgem como uma opção de oposição a essa realidade. A intenção é transformar o cotidiano, alterar as tendências e modificar a visão dos jovens sobre a atividade agrícola. “Dado o avanço dos conhecimentos sobre as tendências migratórias e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola, parece

importante a inversão da questão, procurando examinar as condições que favorecem sua permanência” (BRUMER, 2007 *apud* KUMMER e COLOGNESE, 2013, p. 203).

Dentro desta perspectiva, faltam estudos que particularizem as relações sociais em diferentes regiões do Brasil. Contudo, “são importantes os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não-agrícolas, para jovens de ambos os sexos” (BRUMER, 2007 *apud* KUMMER e COLOGNESE, 2013, p. 203).

Neste sentido, o projeto possibilita novas perspectivas e demonstra que todos têm direito de sonhar e mais além, todos têm condições de trabalhar um futuro promissor no meio em que vivem. Conclui-se portanto que, as ações deste programa refletem na vida cotidiana dos alunos envolvidos e estes demonstram seu interesse e sua satisfação por meio da participação na escola e no compartilhamento das vivências e descobertas que fazem por meio das práticas diárias que acompanham fora dela, em sua propriedade. Trazendo sugestões de melhoria e compartilhando experiências.

#### 4.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E O MEIO RURAL

Políticas públicas sempre existiram e são parte constituinte da educação e do cotidiano de toda e qualquer escola. As Parcerias Público-Privadas podem ser consideradas um modelo recente de atuação, se levado em consideração o registro oficial, pois de certa forma, esse tipo de parceria pela qual empresas privadas ajudam e auxiliam as escolas, sempre existiu, o que não ocorria muitas vezes era a formalização do processo (BRANCALEON *et al*, 2015).

Do ponto de vista rural, Gehlen (2004) friza a importância da agricultura familiar para o melhor desenvolvimento do meio, e atrela a necessidade de vinculação entre políticas públicas com o real desejo dos atores sociais em fazer o sucesso acontecer. O guia de perguntas relacionadas a este tópico, levantou indagações sobre o posicionamento da Prefeitura Municipal frente as PPPs, sobre os benefícios ou entraves oferecidos pelo poder público, e sobre o futuro deste projeto.

Quando questionados sobre o posicionamento da Prefeitura Municipal frente as PPPs, as respostas foram:

*P1 - existe uma coordenadora voltada ao programa escola no Campo que auxilia a todo momento bem como sugere atividades voltada a realidade de cada escola.*



*P3 – Recebemos todo o apoio possível do poder público, onde trabalhamos lado a lado escola – poder público – e empresas privadas com o intuito de melhor atender aos alunos.*

*P4 – Incentivam as escolas oferecem transportes sempre que necessário, promovem palestras com os mais variados temas e profissionais.*

Sobre possíveis entraves, foi unânime as negativas dos respondentes, informando que o poder público apoia e incentiva a parceria desenvolvida na escola. Ainda e por fim, a última pergunta teve como foco o futuro: **“Quanto à relação dos jovens e o meio rural, o que você imagina para as futuras políticas públicas? E para a educação no campo?”**

*P1- Falando como professora e moradora da comunidade de Campo Comprido faço o meu melhor para incentivar o jovem a valorizar o nosso meio rural pois as pessoas que na cidade residem não terão condições para sobreviver, peço a todos os jovens que tenham consciência da importância do agricultor.*

*P2 – O que espero é que os jovens não deixem do meio rural que tenham amor pela vida tranquila que o campo oferece. Que não os deixem influenciar pelas companhias, que estudem e apliquem o conhecimento no meio rural.*

*P4 – Torço para que esses projetos continuem e cada vez ampliem mais.*

Verificamos desse modo, um total apoio por parte do poder público, sem o arranjo de obstáculos e entraves e com a oferta de auxílios e ajudas. Fatos estes que nos remetem aos escritos encontrados em Secchi (2013), que referenciam a implementação de uma política pública como um processo dinâmico e não linear, envolvendo diferentes esferas e distintos meios de decisão. Contudo, por meio da percepção dos entrevistados, o poder legislativo municipal vê com bons olhos o desenvolvimento desta parceria e trabalha para seu contínuo desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs-se a investigar a influência do Projeto Escola no Campo, desenvolvido em forma de PPP, como mecanismo importante na promoção da permanência dos jovens no meio rural, tendo como base a percepção dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Henrique Schmitt, de Espumoso – RS.

Especificamente, buscou-se responder aos propósitos de: a) mapear o projeto educacional “Escola no Campo” desenvolvido na Escola em Parceria Público Privado com a Syngenta; b) descrever a metodologia de ensino dos programas utilizados na Escola para manter os jovens do Município no meio rural; c) avaliar as ações do programa “Escola no Campo” sob a ótica do corpo docente da escola; e d) identificar os fatores que motivam ou limitam as perspectivas de permanência dos jovens no meio rural;

A pesquisa bibliográfica possibilitou o alcance de base intelectual para o seguimento do estudo. Por meio de autores como Camargo, Zanella Di Pietro, Teixeira, Gehlen entre outros, foi possível criar o referencial teórico necessário ao entendimento dos assuntos abordados.

Na busca pelos fatores que motivam ou limitam a permanência dos jovens no meio rural, utilizou-se uma entrevista semiestruturada como guia para o recolhimento das informações que culminaram nas considerações finais deste trabalho.

Frente às respostas dos quatro entrevistados, visualizou-se que esta Parceria Público Privada parece estimular e incentivar os jovens no desenvolvimento das atividades rurais, seguindo a sucessão familiar e objetivando o progresso e o desenvolvimento desta atividade.

É unânime a percepção dos educadores da Escola, no sentido de que esse tipo de parceria é favorável e promove um excelente estímulo para que os alunos desejem ficar na zona rural. Conclui-se portanto que a percepção dos professores é de que o projeto encoraja os jovens, alunos da escola e moradores da localidade, a conservar as aspirações da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo, n. 15, 2000
- ALMEIDA, Mário de Souza. **Projeto de estágio**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.
- BASTINI, Tânia Mara de. STRASSER, Renata Blini. **Permanência dos Jovens no Campo: Para quê?** [S.l.:s.n], 2008. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2008/T%C3%A2nia%20Mara%20De%20Bastiani.pdf>> Acesso em 25 de novembro de 2018.
- BAUER, Martin W. GASKEL, George. Pesquisa qualitativa com textos, imagem e som. Um manual prático. 2º Edição. Petrópolis – RJ,
- BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015 : avanços e desafios**. Brasília : SAF/MDA, 2015. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF\\_20\\_ANOS\\_VALTER\\_BIANCHINI.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf)> Acesso em 14/12/2018
- BRANCALEON, Brigida Batista; YAMANAKA, Jessica Suzuki; CASTRO, José Marcelo de; CUOGHI, Kaio Guilherme; PASCHOALOTTO, Marco Antonio Catussi. **Políticas Públicas: Conceitos Básico**. Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações. Disciplina de Didática. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. São Paulo, 2015.
- BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph; **A Arte da Pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes 2005. Disponível em: < <https://csociais.files.wordpress.com/2017/05/wayne-booth-a-arte-da-pesquisa.pdf>> Acesso em 08 de fevereiro de 2019.
- CAMARGO, José Francisco. **Êxodo Rural no Brasil**. Conquista. 1960.
- CARNEIRO, M.J. **“Juventude rural: projetos e valores”**. In: Retratos da Juventude Brasileira São Paulo, Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.
- CARNEIRO, Maria José. **" Rural" como categoria de pensamento**. RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528>> Acesso em: 27 de novembro de 2018.
- CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica. Marilda Ciribelli Corrêa, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>> Acesso em 03/02/2019
- EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR **Relatório de atividades 2017** / EMATER/RS-ASCAR. – Porto Alegre : EMATER/RS-ASCAR, 2018.

Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/RELATORIO DE ATIVIDADES 2017.pdf> Acesso em 21/12/2018

ESPUMOSO – RS. Disponível em: <https://espumoso.rs.gov.br/o-municipio/estatisticas/> Acesso em 25/11/2018.

**FUNDAÇÃO ABRINQ** – Disponível em: <https://fadc.org.br/o-que-fazemos/projeto-escola-no-campo> Acesso em junho de 2019.

GEHLEN,IVALDO. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf> Acesso em 17/12/2018

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Sandro Aparecido. **Precondições para parcerias público-privadas em municípios: um estudo exploratório do caso de Araucária – PR**. VOL 14 N° 3, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36603> Acesso em 04 de dezembro de 2018.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 22/11/2018.

KUMMER, Rodrigo. COLOGNESE, Silvio Antônio. **Juventure Rural no Brasil: Entre ficar e Partir**. Revista Tempo da Ciência volume 20 número 39. 2013. Artigo Disponível Em: [file:///C:/Users/julianabb/Downloads/9817-35449-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/julianabb/Downloads/9817-35449-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

KURACHI, Nilton Kiyoshi. **A Parceria Público Privada como Instrumento Efetivo do Desenvolvimento Econômico e Social**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Marília, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp063346.pdf> Acesso em 29 de novembro de 2018.

LIMA, Carlos Marcio Campos; COELHO, Antonio Carlos. Alocação e mitigação dos riscos em parcerias público-privadas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 267-292, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n2/0034-7612-rap-49-02-00267.pdf> Acesso em 04 de dezembro de 2018.

LODOVICI, E. S.; BERNAREGGI, G. M. (orgs.). **Parceria público-privado: cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e administrações públicas locais**. São Paulo: Summus, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José. **A valorização da escola e do trabalho no meio rural**. Em Aberto, v. 1, n. 9, 2011.

MOURA, Antônio Marcos Pontes. SILVA, Gleice Mary Gomes da. **Agricultura familiar: Perspectivas de permanência dos Jovens no campo do Município de Igaci/ Alagoas**. XXI

Encontro Nacional de Geografia Agrária. 15 a 19 outubro 2012. Universidade Federal De Uberlândia – UFU. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1lenga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1092\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1lenga/anais_enga_2012/eixos/1092_1.pdf) Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

NASCIMENTO ROSA, Marcelo do; STACCIARINI, José Henrique Rodrigues; "**LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)**", p. 369 -384. In: Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - vol. 1. São Paulo: Blucher, 2015. Disponível em: <<https://openaccess.blucher.com.br/article-details/luta-pela-permanencia-na-terra-as-estratgias-de-reproduo-camponesa-na-comunidade-ribeiro-em-catalo-go-19451>> Acesso em 02 de dezembro de 2018.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. e. **Guia Prático: metodologia e organização do projeto de pesquisa**. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará. 2004. Disponível em: <<http://www.ufop.br/demet/metodologia.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análises e Casos Práticos**. São Paulo: Cengage, 2013.

SYNGENTA. Disponível em: < <https://www.syngenta.com.br/>> Acesso em 28/11/2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002.

ZANELLA DI PIETRO, Maria Sylvia. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras**. São Paulo: Atlas, 2002.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2007.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

# APÊNDICES

## APÊNDICE I – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PROFESSORES

**OBJETIVO:** Este roteiro de entrevista tem como objetivo identificar, frente a percepção dos professores da escola, a influência do Projeto “escola no campo”, na promoção da Permanência dos Jovens no Meio Rural, para o Trabalho de Conclusão de Curso da presente pesquisadora em Especialização em Gestão Pública na UFRGS.

Este instrumento não visa a identificação do respondente, apenas a descrição de seu perfil sócio econômico. Os respondentes serão citados como “Professor A, B, C”... garantindo o anonimato da pessoa.

### PERFIL SÓCIO ECONOMICO DO(A) ENTREVISTADO(A):

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino ( ) outros (qual) \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ (anos)

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_

Quanto tempo trabalha na referida escola? \_\_\_\_\_ (anos)

Quanto tempo trabalha como professor? \_\_\_\_\_ (anos)

### EDUCAÇÃO

- Na tua opinião, qual é o papel da comunidade escolar na localidade de Campo Comprido, área rural do município de Espumoso?
- A qualificação dos profissionais voltada aos estudos da questão rural influenciam em alguma medida o rendimento do aluno? Por quê?
- Quais as práticas profissionais que existem atualmente em desenvolvimento na escola, relacionadas à educação rural?
- E qual a frequência que elas ocorrem?

### PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA

- Quais os projetos desenvolvidos atualmente na escola, que podem ser classificados como em parcerias público-privado?
- Visto que o projeto “Escola no Campo” foi implantado no ano de 2017 você poderia descrever como era no início?
- Como ocorre atualmente?
- Quais atividades são realizadas e com qual frequência?
- Quantos alunos já passaram pelo projeto e quantos estão envolvidos atualmente?
- Quantos professores estão envolvidos?

- Existe algum método de medição de resultados do projeto? Se sim, poderia descrever como isso ocorre?
- E qual a perspectiva para os próximos anos?

### **JOVENS NO CAMPO**

- De que forma as ações do programa “Escola no Campo” refletem na vida cotidiana dos alunos participantes?
- Do ponto de vista do educador, o que motiva os alunos a participarem das atividades do projeto?
- De que forma os alunos demonstram sua satisfação ou desinteresse em relação ao programa?
- É perceptível alguma melhoria no desenvolvimento escolar dos alunos participantes?
- De acordo com a sua percepção, é possível encontrar diferenças entre os jovens das escolas do meio rural e os das escolas urbanas? Se sim, poderia relatar essas diferenças?

### **POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO RURAL**

- Quando falamos das instituições, qual o posicionamento da Prefeitura Municipal frente as PPPs?
- Há benefícios oferecidos pelo poder público, para estimular as parcerias público-privadas e os programas?
- Da mesma forma, há entrave, ou obstáculos impostos pelo poder público municipal?
- Quanto à relação do jovens e o meio rural, o que você imagina para as futuras políticas públicas? E para a educação no campo?